



342ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Alex Catapani e os membros Benedita Auxiliadora de Moraes, Gabriela Cristina da Silva Coelho, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Marcia Denise Gusmão Coelho, Margarete Soares de Oliveira, Rosemeire Maria de Jesus e Valeria Regina Rodrigues De Lima. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, o Diretor Financeiro Anderson Franco Boytchuk do Nascimento e a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria. O Presidente do CaraguaPrev, por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Alex, deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos e elencou os seguintes itens da pauta, sendo: 1) Apresentação Avaliação Atuarial 2025, com representante da empresa Brasilis Consultoria Atuarial; 2) Prestação de Contas Fevereiro/2025; 3) Renovação Credenciamento Instituições Financeiras: - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CNPJ: 00.360.305/0001-04 - (ADM./GESTOR), - ITAÚ UNIBANCO CNPJ: 60.701.190/0001-04 (ADM./GESTOR), - BANCO DO BRASIL GESTÃO DE RECURSOS CNPJ: 30.822.936/0001-69 - (ADM./GESTOR), - BRL TRUST - CNPJ: 13.486.793/0001-42 (ADM.), - BANCO SANTANDER - CNPJ: 90.400.888/0001-42 (ADM.), - SANTANDER GESTÃO DE RECURSOS – CNPJ 10.231.177/0001-52 (GESTOR); 4) Pagamento Precatórios / Ordem Judicial; 5) Planejamento Estratégico revisão 2025 item 3.2.2 do Pró-Gestão; 6) Relatório da ouvidoria 2º semestre 2024 item 3.2.11 do Pró-Gestão; 7) Planos de trabalho 2025 dos Conselhos Deliberativo e fiscal item 3.2.13 e 3.2.14 do Pró-Gestão; e, 8) Relatório de Gestão atuarial 2022-2024 item 3.2.3 do Pró-Gestão. O Presidente do CaraguaPrev passou a palavra para o representante da empresa BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL, Sr. Thiago Costa Fernandes, que apresentou o primeiro item da pauta que trata da apresentação da Avaliação Atuarial referente ao ano de 2025, data base 31/12/2024. A efetivação do equilíbrio financeiro e atuarial passa necessariamente pela utilização da Atuária, ciência que utiliza ferramentas desenvolvidas pela matemática, estatística e economia para criar modelos de previsão do comportamento dos eventos probabilísticos, com objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano. A presente avaliação atuarial tem por objetivo determinar: o nível de contribuição dos segurados e do órgão empregador; o Fundo de Previdência necessário à manutenção dos benefícios previdenciários já concedidos e a conceder, e; a Evolução Provável das Despesas e Receitas Previdenciárias demonstrada pelo Fluxo



Financeiro-Atuarial. Informou que a base cadastral referente ao grupo segurado, foi considerado suficientemente completo, consistente e adequado à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência. As hipóteses utilizadas estão adequadas ao RPPS, principalmente em relação ao crescimento salarial, taxa de juros e tábuas de mortalidade e invalidez, com aceitável oscilação dos resultados. A Avaliação Atuarial anual do exercício de 2025 contempla a Legislação e a Nota Técnica Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, considerando a Legislação Municipal vigente na data-base desta Avaliação Atuarial, assim como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, posicionados na data base de 30/10/2024, bem como as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, posicionados na data base de 31/12/2024. O Plano de Benefícios é composto por 4.412 servidores ativos, 632 aposentados e 203 pensões. Considerando as informações da base de dados, verifica-se que a despesa atual com pagamento de benefícios previdenciários do Município de Caraguatatuba representa 25,44% da folha de pagamento dos servidores ativos. As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao RPPS somam 32,00% (14,00% para o servidor e 18,00% para o Município). A avaliação atuarial teve queda pelo quarto ano consecutivo e demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 32,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. A Avaliação Atuarial demonstrou que o RPPS apresenta um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ 476.879.928,02. O Município de Caraguatatuba através da Lei Municipal nº 2.749, de 21/11/2024, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R\$ 342.797.468,68. Assim, dada a diferença entre o plano de equacionamento vigente (+R\$ 342.797.468,68), menos o déficit apurado (-R\$476.879.928,02), menos o desconto do LDA (-R\$ 143.798.673,50) não há déficit a ser equacionado, recomendando a manutenção do Plano de Amortização vigente. Para apuração dos resultados da presente Avaliação Atuarial, considerado uma taxa de juros a ser utilizada para composição da meta atuarial 2025, será equivalente a 5,25%, conforme duração do passivo. A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Considerando os Fluxos Atuariais do Plano de Benefícios do CARAGUAPREV para cálculo da duração do passivo, em função dos resultados da Avaliação Atuarial 2024, obteve-se o valor de 17,7. Conforme os resultados apresentados no



Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio 2025, entende-se que o Plano de Custeio apurado na Avaliação Atuarial de 2025 demonstra viabilidade financeira e orçamentária para sua aplicação. Após a apresentação do Atuário o Presidente passou à palavra aos Conselheiros, para dúvidas ou considerações, sendo aprovado pelos Conselheiros. O Presidente agradeceu as explicações do Atuário e passou a palavra para a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos, que apresentou o segundo item da pauta que trata da Prestação de Contas do mês de fevereiro de 2025, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2025, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de fevereiro/25 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa apresentou performances positivas no mês, já os investimentos em renda variável e investimentos estruturados apresentaram performances negativas. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 0,92%, abaixo da meta atuarial do mês que foi de 1,72%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 1,31% no mês, esse foi o maior patamar do IPCA para um mês de fevereiro desde 2003, há 22 anos. A taxa básica de juros brasileira SELIC ficou em 13,25% ao ano. Fevereiro trouxe poucos dados econômicos relevantes, mas foi um mês movimentado no cenário político. A curva de juros futuros registrou alta nos vencimentos mais longos, enquanto os prazos mais curtos permaneceram relativamente estáveis. O Ibovespa recuou e o real sofreu leve desvalorização frente ao dólar, refletindo a volatilidade global após novos anúncios tarifários dos EUA e as incertezas no cenário nacional. O cenário internacional foi marcado por uma escalada histórica da incerteza comercial, resultante das tarifas impostas pelos EUA. As retaliações anunciadas e o risco de novas medidas aumentam a possibilidade de uma guerra comercial. Além disso, as tensões geopolíticas também aumentaram. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos no mês: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 60,41% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra



direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial; b) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 5,92% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com manutenção da posição atual; c) Fundos Renda Fixa que representam 27,81% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável e aplicação dos cupons de juros semestrais dos Títulos Públicos Federais, sendo ainda um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,16% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual; e) Fundos de Ações que representam 4,43% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do mês e do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção e desinvestimento gradativo, o que já está sendo feito; e, f) Fundos de Investimento Estruturados representam 1,28% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com manutenção ou redução da posição atual e caso o cenário exterior se mostre desfavorável. Após apresentação, a Prestação de Contas do mês de fevereiro de 2025 passou por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sendo aprovada por todos os presentes. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70, para compra de Notas do Tesouro Nacional – NTN-B, com vencimento até 05 (cinco) anos, entre os vencimentos de 2027, 2028 ou 2029, desde que superem a taxa indicativa ANBIMA, com taxas indicativas acima da meta atuarial. A compra de NTN-B supera a meta atuarial do CaraguaPrev que é de 5,25% e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP, CNPJ: 30.036.235/0001-02, (rentabilidade 2025 de -2,80%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento



FUNDO FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70 (rentabilidade 2025 de 3,00%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade no ano de 2025 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade e menor volatilidade e dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do valor aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos FUNDO FIC FI EM AÇÕES CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS, CNPJ: 14.507.699/0001-95, (rentabilidade dos últimos 12 meses de -0,78%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FUNDO FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,12%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) do valor aplicado no Banco do Brasil, Fundo de investimentos FUNDO BB DIVIDENDOS FIC FIA, CNPJ: 05.100.191/0001-87, (rentabilidade dos últimos 12 meses de 3,69%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FI BB INSTITUCIONAL RF CNPJ: 02.296.928/0001-90 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,16%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos FUNDO FIC FIA CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS, CNPJ: 15.154.441/0001-15, (rentabilidade dos últimos 12 meses de 5,38%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FUNDO FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,12%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado no Banco Itaú Unibanco, Fundo de investimentos FUNDO ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIF CIC RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 24.571.992/0001-75, (rentabilidade dos últimos 12



meses de 7,46%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FUNDO ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FIF RESP LIMITADA, CNPJ: 00.832.435/0001-00 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,29%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O terceiro item da pauta trata da renovação dos credenciamentos das Instituições Financeiras: - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CNPJ: 00.360.305/0001-04 - (ADM./GESTOR) - ITAÚ UNIBANCO CNPJ: 60.701.190/0001-04 (ADM./GESTOR) - BANCO DO BRASIL GESTÃO DE RECURSOS CNPJ: 30.822.936/0001-69 - (ADM./GESTOR) - BRL TRUST - CNPJ: 13.486.793/0001-42 (ADM.) - BANCO SANTANDER - CNPJ: 90.400.888/0001-42 (ADM.) - SANTANDER GESTÃO DE RECURSOS – CNPJ 10.231.177/0001-52 (GESTOR), o que foi aprovado pelos membros do Conselho. O quarto item da pauta trata do Pagamento Precatórios / Ordem Judicial, os precatórios conforme mapa orçamentário de 2025 são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva contra o CaraguaPrev, o valor deverá ser atualizado monetariamente na data de seu pagamento, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo o pagamento com recursos do Fundo de Investimento CEF Brasil Referenciado DI, conta previdenciária, que está com rentabilidade positiva e é a conta de movimentação financeira. Após a apresentação financeira o Presidente do CaraguaPrev passou a palavra ao servidor Sr. Natanael Norões, da área técnica, que falou sobre os itens da Pauta: 5) Planejamento Estratégico revisão 2025 item 3.2.2 do Pró-Gestão; 6) Relatório da ouvidoria 2º semestre 2024 item 3.2.11 do Pró-Gestão; 7) Planos de trabalho 2025 dos Conselhos Deliberativo e fiscal item 3.2.13 e 3.2.14 do Pró-Gestão; e, 8) Relatório de Gestão atuarial 2022-2024 item 3.2.3 do Pró-Gestão. O servidor explicou que o CaraguaPrev conta com o nível IV do Pró-Gestão e conforme estabelecido no manual é obrigatória a elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de planejamento estratégico e plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos e elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas, no qual devem constar os itens ressaltados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas. O Relatório de Gestão Atuarial constitui importante ferramenta de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS. Deve ser periodicamente disponibilizado pela unidade gestora do RPPS, em seu site, o Relatório de Governança Corporativa, instrumento de transparência e prestação de contas da gestão,



que deverá ser previamente submetido ao conhecimento do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. A Ouvidoria é um serviço institucional para consultas, dúvidas, reclamações, denúncias, elogios e solicitações, que proporciona uma via de comunicação permanente entre a instituição e as pessoas ou grupos que nela possuem participação, investimentos ou outros interesses. As referidas minutas foram enviadas previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e deliberação, sendo que após apresentação foram aprovadas por todos os Conselheiros presentes. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 09 de maio de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho às 16horas e 40minutos, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.